CAPÍTULO DO LIVRO – DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS, DIREITOS E INCLUSÃO PUBLICADO POR: EDITORA MANUAL
ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO HUMANA: TRABALHO, CONHECIMENTO E PRÁXIS NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA

DOI DO CAPÍTULO: 10.29327/5952151.1-2

Keyla Morales de Lima Garcia[1]
lattes.cnpq.br/1127650219205067

RESUMO

A Educação do Campo constitui-se historicamente no Brasil como expressão das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais pelo direito à educação, ao conhecimento e à permanência digna em seus territórios. Este capítulo objetiva analisar as relações entre Educação do Campo, trabalho, conhecimento e formação humana, discutindo as contribuições e os limites do diálogo com a Pedagogia Histórico-Crítica para a construção de uma práxis educativa comprometida com a compreensão e a transformação da realidade social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, orientada pelos pressupostos do materialismo histórico-dialético. A análise articula o trabalho como fundamento da formação humana, a trajetória contraditória da educação destinada às populações rurais brasileiras, a constituição da Educação do Campo e a função do conhecimento sistematizado na formação dos trabalhadores. Os resultados da análise indicam aproximações entre Educação do Campo e Pedagogia Histórico-Crítica, especialmente na crítica à formação subordinada às necessidades imediatas da ordem social, sem desconsiderar tensões relativas à especificidade da escola e à relação entre experiência social e conhecimento elaborado. Conclui-se que uma formação comprometida com os sujeitos do campo deve articular suas experiências, culturas e territórios ao direito de apropriação dos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e culturais historicamente produzidos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Formação humana. Trabalho. Pedagogia Histórico-Crítica.

ABSTRACT

Rural Education has historically emerged in Brazil as an expression of the struggles of workers and social movements for the right to education, knowledge, and a dignified life in their territories. This chapter aims to analyze the relationships among Rural Education, labor, knowledge, and human formation, discussing the contributions and limits of its dialogue with Historical-Critical Pedagogy toward the construction of an educational praxis committed to understanding and transforming social reality. This is

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

a bibliographic study with a qualitative approach, guided by the principles of historical-dialectical materialism. The analysis articulates labor as a foundation of human formation, the contradictory trajectory of education historically provided to Brazilian rural populations, the constitution of Rural Education, and the role of systematized knowledge in workers' education. The results indicate convergences between Rural Education and Historical-Critical Pedagogy, particularly in their critique of education subordinated to the immediate needs of the existing social order, while also revealing tensions concerning the specific role of schooling and the relationship between social experience and elaborated knowledge. It is concluded that an educational process committed to rural subjects should articulate their experiences, cultures, and territories with the right to appropriate scientific, philosophical, artistic, and cultural knowledge historically produced by humanity.

Keywords: Rural Education. Human Formation. Labor. Historical-Critical Pedagogy.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo constitui-se no Brasil no interior das lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores do campo e por suas organizações, contrapondo-se historicamente a concepções educacionais que reduziram as populações rurais à condição de destinatárias de políticas formuladas segundo interesses econômicos e sociais externos aos seus modos de vida. Mais do que reivindicar o acesso à escolarização, sua emergência expressa a disputa pelo próprio sentido da educação, pela possibilidade de participação dos sujeitos do campo na construção dos processos formativos e pelo reconhecimento da educação como dimensão das lutas sociais. Nesse sentido, a passagem da educação rural para a Educação do Campo não representa apenas uma mudança terminológica, mas uma inflexão política e pedagógica na maneira de compreender os sujeitos, o território, o trabalho e a função social da escola (Bezerra Neto, 2016; Caldart, 2000). Essa distinção já aparece nos estudos que fundamentam este capítulo ao evidenciar a contraposição entre uma educação pensada "para" as populações rurais e uma educação construída "pelo" e "com" os sujeitos do campo.

Compreender essa disputa exige situar a educação nas condições concretas em que os seres humanos produzem a própria existência. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o trabalho não se reduz ao emprego ou à atividade destinada à obtenção dos meios imediatos de subsistência, mas constitui uma categoria fundamental para a compreensão do processo histórico de formação do ser social. Ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, os seres

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

humanos transformam também a si mesmos e produzem, coletivamente, as condições materiais e culturais de sua existência (Marx; Engels, 2007). Nessa perspectiva, trabalho e educação possuem uma relação histórica e ontológica, pois a produção da existência humana é, simultaneamente, um processo de formação humana. Como assinala Saviani (2007), a existência humana não está previamente garantida pela natureza: necessita ser produzida pelos próprios seres humanos e, justamente por isso, essa produção assume caráter educativo.

Essa relação, entretanto, assume formas contraditórias nas sociedades divididas em classes. Sob o capitalismo, a separação entre os trabalhadores e os meios de produção converte a força de trabalho em mercadoria e aprofunda a cisão entre aqueles que executam e aqueles que controlam e concebem os processos produtivos. O trabalho, que possui potencial humanizador por participar da própria produção da existência social, realiza-se sob relações marcadas pela exploração e pela alienação (Marx, 2013). A educação escolar também se desenvolve no interior dessas contradições e não permanece indiferente às desigualdades que estruturam a sociedade. Historicamente, o acesso ao conhecimento sistematizado foi distribuído desigualmente entre as classes sociais, contribuindo para reproduzir a separação entre formação intelectual e preparação para o trabalho manual.

No caso brasileiro, essa contradição adquire características particularmente expressivas quando se observa a educação destinada às populações do campo. A constituição histórica de uma sociedade marcada pela concentração fundiária, pelo latifúndio e pela desigualdade social produziu também formas diferenciadas de acesso à educação. Durante longos períodos, aos grupos dominantes foram reservadas possibilidades mais amplas de formação intelectual, enquanto trabalhadores, populações rurais e outros grupos subalternizados permaneceram à margem da escolarização ou tiveram acesso a processos educativos restritos e predominantemente instrumentais. A história da educação brasileira revela, portanto, uma dualidade que articula divisão social do trabalho e desigualdade na apropriação do conhecimento (Saviani, 2007).

É nesse contexto que a crítica ao Ruralismo Pedagógico adquire relevância para a discussão da Educação do Campo. Bezerra Neto (2016) demonstra que a educação rural esteve historicamente atravessada por projetos que buscavam adequar os trabalhadores às necessidades econômicas e sociais atribuídas ao meio

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

rural. O problema não está em reconhecer as especificidades da vida no campo, mas em transformar essas especificidades em justificativa para restringir a formação dos trabalhadores aos limites de sua experiência imediata. Uma educação supostamente "adaptada" pode tornar-se, contraditoriamente, uma educação empobrecida quando nega aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e culturais produzidos historicamente pela humanidade. É precisamente nesse ponto que a discussão da Educação do Campo encontra uma questão decisiva: valorizar os sujeitos e seus territórios não pode significar limitar sua formação ao conhecimento imediatamente disponível nesses territórios. Essa tensão está presente nos textos que fundamentam esta análise, nos quais a superação da educação rural é associada ao direito de acesso ao conhecimento universal sem abandono da cultura e da história dos sujeitos do campo.

A Pedagogia Histórico-Crítica oferece elementos importantes para aprofundar essa problemática. Para Saviani (2011), a especificidade do trabalho educativo encontra-se na produção intencional, em cada indivíduo singular, da humanidade histórica e coletivamente produzida pelo conjunto dos seres humanos. Nessa concepção, a escola possui uma função específica na socialização do conhecimento sistematizado, possibilitando às novas gerações apropriarem-se de objetivações culturais que não são adquiridas espontaneamente na experiência cotidiana. Isso significa que partir da realidade concreta dos estudantes não equivale a permanecer nela. A prática social constitui ponto de partida e de chegada do processo educativo, mas sua compreensão demanda mediações teóricas capazes de ultrapassar as aparências imediatas e apreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social (Saviani, 2011).

A aproximação entre Educação do Campo e Pedagogia Histórico-Crítica, contudo, não deve ser estabelecida pela simples identificação entre essas perspectivas. A Educação do Campo constitui-se a partir de uma trajetória histórica própria, profundamente vinculada às lutas dos movimentos sociais e às reivindicações dos povos do campo, enquanto a Pedagogia Histórico-Crítica configura uma teoria pedagógica sistematizada a partir de fundamentos do materialismo histórico-dialético. O interesse deste estudo reside justamente em examinar criticamente os pontos de aproximação, as tensões e as possibilidades desse diálogo, especialmente no que se refere à centralidade do trabalho, à função social da escola, à apropriação do

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

conhecimento elaborado e à formação dos trabalhadores como sujeitos históricos capazes de compreender e intervir na realidade.

A partir dessas considerações, formula-se o seguinte problema: em que medida os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica podem contribuir para pensar a formação humana na Educação do Campo sem reduzir o processo educativo nem à adaptação dos sujeitos à lógica produtiva dominante, nem à valorização restrita dos conhecimentos provenientes da experiência cotidiana? O problema torna-se especialmente relevante diante da necessidade de articular o reconhecimento dos saberes, das culturas e das experiências produzidas pelos sujeitos do campo ao direito de acesso às formas mais desenvolvidas do conhecimento historicamente produzido.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é analisar as relações entre Educação do Campo, trabalho, conhecimento e formação humana, discutindo as contribuições e os limites do diálogo com a Pedagogia Histórico-Crítica para a construção de uma práxis educativa comprometida com a compreensão e a transformação da realidade social. Para tanto, a discussão percorre a relação ontológica entre trabalho e educação; a constituição histórica da educação destinada às populações rurais e a emergência da Educação do Campo; a função do conhecimento sistematizado na perspectiva histórico-crítica; e, posteriormente, as possibilidades e tensões presentes na Alternância enquanto forma de organização dos tempos e espaços educativos.

2 REVISÃO DE LITERATURA OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Trabalho, educação e formação humana

A compreensão das relações entre Educação do Campo e formação humana requer situar o trabalho para além de sua manifestação imediata como emprego ou atividade produtiva. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o trabalho constitui uma categoria fundamental da existência humana, pois é por meio dele que os seres humanos transformam a natureza para produzir suas condições de vida e, simultaneamente, produzem a si próprios como seres históricos e sociais. Marx e Engels (2007) assinalam que os seres humanos passam a distinguir-se dos demais animais quando começam a produzir seus meios de existência, processo no qual

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

também produzem relações sociais, conhecimentos, necessidades e formas de organização da vida.

Essa compreensão permite estabelecer a relação entre trabalho, educação e formação humana. Saviani (2007) sustenta que trabalho e educação são atividades especificamente humanas e que, originariamente, a produção da existência e a formação dos indivíduos constituíam processos articulados. O ser humano não nasce portando as capacidades historicamente desenvolvidas pela humanidade; necessita apropriar-se delas nas relações sociais. A educação participa, portanto, do processo pelo qual cada geração se apropria do patrimônio cultural produzido pelas gerações anteriores, ao mesmo tempo que encontra condições para participar de sua transformação.

Essa relação, entretanto, assume formas contraditórias nas sociedades divididas em classes. Sob o capitalismo, o trabalho realiza-se predominantemente mediante relações nas quais a força de trabalho se converte em mercadoria e os trabalhadores são separados do controle sobre os meios e os resultados de sua atividade. Marx (2013) demonstra que a produção capitalista se estrutura pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Nesse contexto, o trabalho, embora permaneça fundamento da produção da existência, pode assumir formas alienadas, fragmentadas e subordinadas. Por isso, compreendê-lo como princípio educativo não significa considerar toda forma concreta de trabalho como necessariamente humanizadora, tampouco subordinar a educação às demandas imediatas do mercado.

As contradições presentes no mundo do trabalho também atravessam os processos educativos. A divisão entre trabalho manual e intelectual historicamente se expressa na desigual distribuição do conhecimento: enquanto determinados grupos sociais têm acesso a uma formação intelectual mais ampla, aos trabalhadores frequentemente são destinadas formas de escolarização predominantemente instrumentais. Essa diferenciação é particularmente importante para a análise da educação das populações rurais brasileiras, cuja trajetória foi marcada tanto pela negação do direito à escola quanto pela oferta de uma formação limitada às funções sociais e produtivas que lhes eram atribuídas.

Nessa perspectiva, a formação humana não pode ser reduzida à preparação para o exercício de determinada ocupação. Para Saviani (2011), o trabalho educativo

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

relaciona-se à apropriação dos elementos culturais historicamente produzidos que precisam ser assimilados pelos indivíduos para que se constituam como seres humanos. A escola possui, assim, uma função específica na socialização do conhecimento sistematizado. Isso implica assegurar aos trabalhadores o acesso aos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e culturais produzidos historicamente, possibilitando que ultrapassem os limites da experiência imediata e compreendam as múltiplas determinações da realidade social.

Essa discussão assume especial relevância para a Educação do Campo. Reconhecer os conhecimentos constituídos no trabalho, na cultura, nas comunidades e nas lutas dos sujeitos do campo é indispensável, mas não significa restringir sua formação a esses saberes. Fazer isso poderia reproduzir, sob o argumento da valorização das especificidades, a histórica desigualdade de acesso ao conhecimento elaborado. A relação entre trabalho, educação e formação humana conduz, portanto, à necessidade de compreender que educação foi historicamente oferecida aos trabalhadores do campo e quais projetos de formação orientaram essa escolarização.

2.2 Da educação rural à Educação do Campo: história, contradições e disputas

A educação destinada às populações rurais brasileiras foi constituída no interior das desigualdades que marcaram a formação econômica e social do país. A concentração da propriedade da terra, a divisão social do trabalho e o acesso desigual ao conhecimento repercutiram diretamente nas possibilidades de escolarização dos trabalhadores do campo. Durante extensos períodos, essas populações permaneceram à margem da escola ou tiveram acesso a formas precárias e restritas de ensino, revelando que a desigualdade educacional não se refere apenas à presença ou ausência de instituições escolares, mas também ao tipo de formação disponibilizado aos diferentes grupos sociais.

Bezerra Neto (2016), ao analisar a trajetória da educação rural brasileira, demonstra que as propostas educativas destinadas ao campo estiveram relacionadas aos projetos econômicos e políticos presentes em diferentes momentos históricos. Nesse processo, destaca-se o ruralismo pedagógico, que defendia uma educação ajustada às características e necessidades do meio rural. O problema emerge quando essa adequação significa restringir a formação dos trabalhadores aos conhecimentos considerados suficientes para sua permanência e atuação produtiva no campo. Desse

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

modo, uma proposta aparentemente orientada pela valorização do meio rural pode contribuir para conservar a divisão social do conhecimento e as posições ocupadas pelos trabalhadores na estrutura social.

Essa contradição ajuda a compreender por que a crítica à educação rural não pode ser reduzida à oposição entre conteúdos urbanos e rurais. Uma escola que ignora o trabalho, a cultura e as condições concretas dos sujeitos do campo pode produzir processos de desenraizamento e exclusão; contudo, uma escola que, em nome da contextualização, limite sua formação aos conhecimentos provenientes da experiência cotidiana também pode reproduzir desigualdades. O problema central passa a ser, portanto, como relacionar a realidade concreta dos sujeitos ao direito de acesso ao conhecimento científico e cultural historicamente produzido.

É nesse contexto que a Educação do Campo se constitui como expressão das lutas protagonizadas por trabalhadores e movimentos sociais. Caldart (2000) contribui para compreender esse processo ao evidenciar a dimensão formativa presente na organização e nas lutas sociais, ampliando a concepção de educação para além dos limites institucionais da escola. A passagem da educação rural para a Educação do Campo adquire, assim, significado político e pedagógico: não se trata apenas de uma alteração terminológica, mas da reivindicação dos trabalhadores como sujeitos da construção de seu projeto educativo e da articulação da educação às disputas por terra, trabalho, cultura e direitos sociais.

A valorização dos sujeitos, de seus territórios e de seus conhecimentos constitui uma dimensão fundamental desse projeto. Entretanto, reconhecer a especificidade do campo não implica defender uma formação particularista. A apropriação da ciência, da filosofia, da arte e dos demais conhecimentos produzidos historicamente constitui também direito dos trabalhadores do campo. A experiência cotidiana fornece elementos fundamentais para a compreensão da realidade, mas não revela espontaneamente todas as determinações econômicas, políticas e sociais que a constituem. Por essa razão, contextualização e acesso ao conhecimento elaborado não devem ser tratados como princípios antagônicos.

A Educação do Campo configura-se, portanto, como espaço de disputa em torno da própria formação humana: disputa-se o direito à escola, a concepção de educação, os conhecimentos que devem ser socializados e as relações entre escola, trabalho e realidade social. Essa problemática conduz à necessidade de aprofundar a

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

função específica da educação escolar e do conhecimento sistematizado na formação dos trabalhadores. É nesse ponto que a Pedagogia Histórico-Crítica oferece fundamentos importantes para a discussão, ao mesmo tempo que seu diálogo com a Educação do Campo exige considerar aproximações e tensões entre essas perspectivas.

2.3 Pedagogia Histórico-Crítica, conhecimento e formação dos trabalhadores do campo

A Pedagogia Histórico-Crítica oferece elementos para aprofundar a discussão acerca da função da escola na formação dos trabalhadores do campo, especialmente por compreender a educação como prática social situada nas contradições da sociedade de classes. Nessa perspectiva, reconhecer os condicionantes históricos da educação não significa considerá-la mero reflexo das relações sociais existentes. A prática educativa possui uma especificidade relacionada à transmissão e à apropriação do conhecimento produzido historicamente, podendo contribuir para ampliar as condições de compreensão da realidade pelos sujeitos (Saviani, 2011).

Para Saviani (2011), o trabalho educativo consiste na produção intencional, em cada indivíduo, da humanidade constituída histórica e coletivamente. Essa concepção atribui à escola uma função específica: possibilitar a apropriação do conhecimento sistematizado, cuja aquisição não ocorre espontaneamente na experiência cotidiana. O acesso às ciências, à filosofia, às artes e às demais formas elaboradas da cultura constitui, desse modo, dimensão fundamental da formação humana e não pode ser compreendido como privilégio destinado a determinados grupos sociais.

Essa questão assume particular importância quando relacionada à trajetória educacional dos trabalhadores do campo. Como discutido anteriormente, a educação rural brasileira foi historicamente atravessada por propostas que, em diferentes momentos, ofereceram às populações rurais uma formação vinculada às funções sociais e produtivas que lhes eram atribuídas (Bezerra Neto, 2016). A defesa das especificidades do campo, portanto, precisa estar articulada ao direito de acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade, de modo a evitar que a valorização

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

dos conhecimentos locais resulte, contraditoriamente, na reprodução da desigualdade de acesso ao conhecimento elaborado.

A centralidade do conhecimento sistematizado não implica, contudo, desconsiderar as experiências, os saberes e as condições concretas de existência dos sujeitos. Na perspectiva histórico-crítica, a prática social constitui referência fundamental do processo educativo, mas não representa seu limite. O conhecimento escolar possibilita estabelecer mediações entre aquilo que se manifesta imediatamente na realidade e as determinações históricas, econômicas, políticas e culturais que participam de sua constituição. Assim, partir da realidade dos estudantes significa tomá-la como objeto de problematização e compreensão, e não restringir a formação ao que já é conhecido por meio da experiência cotidiana (Saviani, 2011).

Essa compreensão permite estabelecer um campo de interlocução com a Educação do Campo sem pressupor identidade entre as duas perspectivas. Se a Educação do Campo evidencia a centralidade dos sujeitos, dos territórios, do trabalho, da cultura e das lutas sociais na construção dos processos educativos, a Pedagogia Histórico-Crítica contribui para reafirmar a especificidade da escola e o direito dos trabalhadores à apropriação do conhecimento elaborado. A relação entre essas perspectivas pode ser compreendida, portanto, como um **diálogo crítico**, cujas aproximações, tensões e possibilidades serão analisadas posteriormente, considerando também a organização pedagógica por alternância.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, orientada pelos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Essa perspectiva possibilita compreender a educação como fenômeno historicamente constituído, inserido em relações sociais contraditórias e articulado às condições materiais de produção da existência. Desse modo, as categorias trabalho, conhecimento, formação humana e práxis são tomadas em suas relações com a totalidade social, evitando sua análise de forma isolada.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se principalmente nas contribuições de Marx e Engels (2007) e Marx (2013), para a compreensão do trabalho e das relações sociais no modo de produção capitalista; de Saviani (2007; 2011), acerca das relações

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

entre trabalho, educação, formação humana e conhecimento sistematizado; e de Caldart (2000) e Bezerra Neto (2016), para a análise da constituição histórica, política e pedagógica da Educação do Campo. Esses referenciais foram selecionados por sua relação direta com o problema investigado e com as categorias centrais que estruturam o capítulo.

O percurso analítico foi organizado em três movimentos articulados. Inicialmente, discutem-se as relações entre trabalho, educação e formação humana; em seguida, analisa-se a passagem histórica da educação rural à constituição da Educação do Campo, considerando suas contradições e disputas; por fim, estabelecem-se aproximações e tensões entre os fundamentos da Educação do Campo e da Pedagogia Histórico-Crítica, especialmente no que se refere à função social da escola, à relação entre experiência social e conhecimento sistematizado e à formação dos trabalhadores do campo.

Por se tratar de uma investigação teórico-bibliográfica, não foram realizadas entrevistas, questionários, observação participante ou outras formas de coleta direta de dados com sujeitos. A análise resulta da interlocução crítica entre os referenciais selecionados, buscando identificar contribuições, limites e contradições que permitam compreender as possibilidades de uma formação vinculada à realidade dos sujeitos do campo sem restringir o processo educativo aos conhecimentos provenientes da experiência imediata.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos referenciais mobilizados permite identificar que o diálogo entre Educação do Campo e Pedagogia Histórico-Crítica apresenta aproximações importantes, mas não autoriza tratá-las como perspectivas equivalentes. A convergência fundamental encontra-se na crítica a uma formação subordinada às necessidades imediatas da ordem social vigente e na defesa da educação como dimensão da formação humana. Ao mesmo tempo, permanecem tensões relativas ao lugar atribuído à experiência dos sujeitos, à especificidade da escola e à função do conhecimento sistematizado. É a partir dessas aproximações e diferenças que se organizam os resultados da análise.

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

4.1 Educação do Campo e Pedagogia Histórico-Crítica: aproximações, tensões e possibilidades

Uma primeira aproximação refere-se à compreensão da educação como prática social historicamente determinada. A Educação do Campo constitui-se no interior das lutas dos trabalhadores e movimentos sociais, vinculando a questão escolar às condições concretas de existência, ao trabalho, à terra, à cultura e às disputas presentes nos territórios (Caldart, 2000). A Pedagogia Histórico-Crítica, por sua vez, compreende a educação em sua relação com as determinações históricas da sociedade e atribui à escola papel específico na socialização do conhecimento sistematizado (Saviani, 2011). Embora partam de problemas e trajetórias distintas, ambas permitem questionar uma educação reduzida à adaptação dos trabalhadores às condições sociais existentes.

O ponto de maior tensão — e também de maior potencialidade para o diálogo — encontra-se na relação entre experiência social e conhecimento elaborado. A Educação do Campo reivindica que o processo educativo considere os sujeitos concretos, seus territórios, formas de trabalho, culturas e lutas. A Pedagogia Histórico-Crítica contribui para essa discussão ao evidenciar que a prática social constitui referência do processo educativo, mas que a escola não pode permanecer nos limites do conhecimento cotidiano. Para Saviani (2011), cabe ao trabalho educativo possibilitar a apropriação das formas sistematizadas do conhecimento, permitindo aos indivíduos incorporar elementos da produção histórica e coletiva da humanidade. Essa centralidade do saber elaborado aparece de maneira recorrente nos materiais que fundamentam a análise.

Essa relação permite problematizar duas posições igualmente limitadoras. A primeira consiste em desenvolver uma educação descontextualizada, indiferente às condições históricas e sociais dos trabalhadores do campo. A segunda seria restringir a formação desses sujeitos aos conhecimentos derivados de sua experiência imediata, como se determinadas parcelas da população necessitassem apenas de saberes relacionados ao espaço social que ocupam. Nesse aspecto, a crítica de Bezerra Neto (2016) ao ruralismo pedagógico torna-se particularmente relevante: a valorização das especificidades do campo não pode justificar uma formação intelectual diferenciada e reduzida para os trabalhadores.

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

O diálogo entre as perspectivas torna possível sustentar, portanto, que contextualização e universalização do conhecimento não constituem princípios excludentes. A realidade vivida pelos sujeitos pode constituir ponto de partida para a problematização, mas sua compreensão exige conhecimentos que ultrapassem sua manifestação imediata. Ciências da natureza, história, literatura, filosofia, arte e demais campos do saber possibilitam estabelecer mediações entre fenômenos particulares e processos sociais mais amplos. Nessa direção, uma Educação do Campo comprometida com a formação humana necessita articular o reconhecimento das experiências sociais dos trabalhadores ao direito de apropriação do patrimônio cultural produzido historicamente.

Essa aproximação, contudo, não significa afirmar que a Pedagogia Histórico-Crítica forneça um modelo pronto para a Educação do Campo. Uma correspondência direta entre essas perspectivas reduziria a especificidade histórica e teórica de cada uma. Mais produtivo é compreender esse encontro como diálogo crítico, no qual a Educação do Campo coloca em evidência os sujeitos, os territórios, as lutas e as formas concretas de produção da existência, enquanto a Pedagogia Histórico-Crítica contribui para reafirmar a especificidade da escola e a centralidade da apropriação do conhecimento elaborado.

4.2 Alternância, práxis e formação dos sujeitos do campo

A relação entre experiência social e conhecimento sistematizado ganha concretude quando se considera a organização pedagógica por alternância. Em diferentes experiências de Educação do Campo, a articulação entre Tempo Escola e Tempo Comunidade procura estabelecer relações entre os processos escolares de formação e a realidade social na qual os estudantes estão inseridos. Nos materiais examinados, Queiroz (2007) é mobilizado justamente para destacar a necessidade de articulação entre realidade dos estudantes e organização curricular.

Do ponto de vista da análise aqui proposta, a contribuição da alternância não reside simplesmente em retirar o estudante da escola e inseri-lo na comunidade, nem em estabelecer uma divisão rígida segundo a qual o Tempo Escola corresponderia à teoria e o Tempo Comunidade à prática. Uma interpretação desse tipo reproduziria justamente a separação que se pretende superar. Ambos constituem tempos

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

potencialmente formativos, nos quais experiência, conhecimento, trabalho e relações sociais podem ser problematizados mediante diferentes mediações educativas.

É possível identificar, nesse aspecto, uma aproximação com a compreensão histórico-crítica da relação entre prática social e conhecimento. A realidade concreta não constitui apenas exemplo para ilustrar conteúdos escolares; ela apresenta problemas cuja compreensão exige instrumentos conceituais capazes de revelar relações que não aparecem imediatamente. Da mesma forma, o conhecimento sistematizado não constitui finalidade encerrada em si mesma: sua apropriação pode modificar qualitativamente a maneira pela qual os sujeitos interpretam sua própria prática social. Essa relação entre diferentes tempos formativos e apropriação do conhecimento já aparece como questão relevante nos textos que fundamentam o presente estudo.

Entretanto, é necessário evitar uma equivalência mecânica entre a organização da alternância e os momentos do método da Pedagogia Histórico-Crítica. A associação direta entre Tempo Comunidade e prática social, ou entre Tempo Escola e instrumentalização, pode constituir um recurso interpretativo, mas não deve ser tomada como identidade metodológica, uma vez que se trata de construções pedagógicas com origens e fundamentos próprios. O que a análise permite identificar é uma possibilidade de interlocução: a alternância pode favorecer movimentos entre experiência e elaboração teórica quando organizada de maneira a garantir a apropriação efetiva do conhecimento.

A práxis formativa, nessa perspectiva, não corresponde à simples soma entre teoria e prática. Ela pressupõe uma relação na qual a compreensão teórica da realidade pode orientar formas mais conscientes de atuação e na qual a prática social continuamente apresenta novas questões ao conhecimento. Para a Educação do Campo, isso significa reconhecer o território, o trabalho e as experiências coletivas como dimensões formativas sem transformar a escola em mera extensão da vida cotidiana. Sua contribuição específica permanece relacionada à possibilidade de oferecer aos trabalhadores instrumentos culturais e intelectuais para compreender as determinações históricas de sua própria realidade.

A principal síntese produzida pela análise situa-se, portanto, nessa relação: uma formação vinculada à realidade dos sujeitos do campo não precisa escolher entre experiência social e conhecimento universal. O desafio consiste precisamente em

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

produzir as mediações entre ambos. Nesse sentido, o diálogo crítico com a Pedagogia Histórico-Crítica contribui para reafirmar que reconhecer os sujeitos do campo significa também assegurar-lhes o direito de apropriação das formas mais desenvolvidas do conhecimento humano, condição necessária para compreender a realidade para além de sua aparência imediata e ampliar suas possibilidades de atuação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste capítulo permitiu compreender que as relações entre Educação do Campo, trabalho, conhecimento e formação humana precisam ser situadas nas contradições históricas que atravessam a educação dos trabalhadores. A trajetória da educação destinada às populações rurais brasileiras evidencia que a desigualdade educacional não se expressa somente nas dificuldades de acesso e permanência na escola, mas também nas disputas acerca dos conhecimentos, das finalidades educativas e dos projetos de formação destinados aos sujeitos do campo.

A Educação do Campo representa uma inflexão importante nesse percurso ao constituir-se vinculada às lutas dos trabalhadores e movimentos sociais pelo direito à educação e pela participação na construção de seus projetos educativos. Contudo, a valorização do território, da cultura, do trabalho e das experiências desses sujeitos não deve resultar na restrição de sua formação aos conhecimentos provenientes da realidade imediata. A superação das desigualdades históricas pressupõe também assegurar aos trabalhadores do campo o acesso aos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e culturais produzidos historicamente pela humanidade.

Nesse sentido, o diálogo com a Pedagogia Histórico-Crítica mostrou-se relevante sobretudo por reafirmar a especificidade da educação escolar e a centralidade do conhecimento sistematizado na formação humana. Não se trata, entretanto, de estabelecer uma identidade entre Pedagogia Histórico-Crítica e Educação do Campo, nem de considerar a primeira como modelo a ser simplesmente aplicado à segunda. A análise indica a possibilidade de uma interlocução crítica na qual a realidade social dos sujeitos constitua referência para o processo educativo sem estabelecer os limites de sua formação.

ISBN: 978-65-831-2124-0 DOI DO LIVRO: 10.29327/5952151

A organização pedagógica por alternância também pode contribuir para essa articulação quando Tempo Escola e Tempo Comunidade não são compreendidos como espaços separados de teoria e prática, mas como tempos formativos relacionados. Nessa perspectiva, a experiência social pode ser problematizada mediante o conhecimento elaborado, ao mesmo tempo que os conhecimentos escolares encontram na prática social questões que exigem novas interpretações e mediações. Essa relação aproxima-se da noção de práxis assumida neste estudo, compreendida não como simples associação entre teoria e prática, mas como relação entre conhecimento da realidade e possibilidades de atuação consciente sobre ela.

Conclui-se, portanto, que uma Educação do Campo comprometida com a formação humana enfrenta um duplo desafio: não produzir uma escola alheia à realidade histórica e social dos sujeitos do campo e, simultaneamente, não limitar sua formação aos horizontes dessa realidade imediata. É precisamente nessa tensão que o acesso ao conhecimento assume dimensão política e formativa. Reconhecer os trabalhadores do campo como sujeitos históricos implica reconhecer também seu direito de apropriação do patrimônio cultural produzido pela humanidade, criando condições para uma compreensão mais ampla das contradições sociais e para sua participação consciente nos processos de transformação da realidade.

Como possibilidade de continuidade, estudos posteriores poderão aprofundar as formas pelas quais essa relação entre experiência social, conhecimento sistematizado e práxis se concretiza em diferentes experiências de Educação do Campo, particularmente na organização pedagógica por alternância. Investigações empíricas poderão examinar como essas mediações se expressam nos currículos e nas práticas educativas, sem pressupor antecipadamente uma correspondência entre os fundamentos da Educação do Campo e da Pedagogia Histórico-Crítica.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, Luiz. *Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. *Orientações curriculares para a educação do campo no estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.